



Proteção do Meio Ambiente e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos na Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Autor(res)

Adriano Da Silva Ribeiro
Keren Da Silva Alcântara
Anna Luiza Mendonça Braga
Izabella Salomão Abreu Teixeira
Jessica Carolina Gloria Alves
Bruna Alcântara
Maria Luiza Marques De Menezes
Ludmila Aredes Brandão
Laura Rodrigues Rosa Da Silveira

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

A crescente degradação ambiental, associada ao avanço das atividades humanas e ao crescimento econômico desordenado, tem intensificado debates acerca da necessidade de proteção do meio ambiente. Nesse contexto, o Direito Ambiental surge como instrumento fundamental para garantir a preservação dos recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável. A Constituição da República reconhece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988). Diante disso, torna-se essencial analisar a importância das normas jurídicas e das políticas públicas ambientais como mecanismos capazes de equilibrar crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental.

Objetivo

Analisar a importância do Direito Ambiental e das políticas públicas na proteção do meio ambiente, destacando os principais desafios jurídicos e institucionais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Material e Métodos

O presente estudo adotou abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas legislações ambientais brasileiras, especialmente dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais relacionadas à proteção ambiental. Também foram consultadas obras doutrinárias e artigos científicos que discutem sustentabilidade, governança ambiental e políticas públicas voltadas à preservação dos recursos naturais. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando compreender o papel do Direito na construção de instrumentos eficazes de proteção ambiental e na promoção do desenvolvimento

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



sustentável.

Resultados e Discussão

A análise realizada evidencia que o ordenamento jurídico brasileiro apresenta conjunto significativo de normas voltadas à proteção ambiental, destacando-se a Constituição da República (Brasil, 1988) e a Política Nacional do Meio Ambiente. Entretanto, observa-se que a efetividade dessas normas ainda enfrenta desafios relacionados à fiscalização, à implementação de políticas públicas e à conscientização social. A discussão também aponta que a integração entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental depende da atuação conjunta do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil. Dessa forma, o fortalecimento de instrumentos jurídicos, aliado à educação ambiental e à gestão sustentável dos recursos naturais, revela-se essencial para garantir a proteção ambiental e assegurar qualidade de vida às futuras gerações.

Conclusão

Conclui-se que o Direito Ambiental possui papel fundamental na promoção da sustentabilidade e na proteção dos recursos naturais. Contudo, a eficácia das normas depende da implementação de políticas públicas eficazes, fiscalização adequada e participação social. O fortalecimento dessas ações é essencial para garantir equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Referências

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2026.
- BRASIL. Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 02 abr. 2026.
- MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 4. ed. em e-book baseada na 11. ed. impressa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.